

OLYMPE DE GOUGES E SEUS ÚLTIMOS DIAS

Lorena Almeida Gill¹

Resenha: CUTRUFELLI, Maria Rosa. *Eu vivi por um sonho*. Rio de Janeiro: Record, 2009. 315 p.

Um dos assuntos mais estudados em todos os níveis de ensino no campo da História é a Revolução Francesa. Isto porque ao mesmo tempo em que marca uma ruptura com a sociedade feudal, possibilitando a ascensão, de fato, da burguesia, é um tema que provoca paixões, permitindo que, inclusive, se faça escolhas entre aquele personagem histórico que pareça mais significativo e emblemático durante o período.

Os personagens costumam ser invariavelmente homens, até porque são eles e seus discursos que conhecemos quando estudamos a Revolução. Essa situação só se altera dentro de um círculo acadêmico, interessado em ver além do que está por trás da disputa entre girondinos e jacobinos, ao perceber novos sujeitos históricos como os sans-culottes, os babovistas, os enragés e *principalmente* as mulheres.

A palavra “principalmente” está grifada, porque as mulheres ou estavam nos grupos ou nutriam simpatias por alguns. Assim, foram girondinas, jacobinas, sans-culottes, babovistas, enragés, mas aparecem em textos históricos frequentemente em notas de rodapé.

Dentre aquelas mulheres uma chama a atenção: Marie Gouze, conhecida por Olympe de Gouges. Ela foi revolucionária, escritora, jornalista, defensora dos direitos das mulheres, sendo dela o texto “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, escrito em setembro

¹ Professora Doutora dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado de História e do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UFPel.

de 1791 em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que trabalhava com a idéia de um ser universal.

Justamente sobre Olympe, a mulher que se recusou a utilizar o nome paterno e o nome do marido, e declarou que estava mais interessada nos assuntos públicos do que nos do coração, que a italiana Maria Rosa Cutrufelli, fundadora da revista de literatura *Tuttestorie*, escreveu um romance histórico, abordando os seus últimos dias, antes de ser guilhotinada.

Calcada em documentos históricos, cuja pesquisa ocupou a autora por vários anos, o livro entrelaça a história de Olympe com a de outras mulheres com as quais conviveu nos três meses e meio antes de sua morte. Assim se conhece Hyacinthe, sua nora, casada com seu filho Pierre, que procurou meios para impedir sua condenação; Françoise-Modeste, a jacobina da rua Huchette, que a denunciou por imaginá-la anarquista; Marion, a cozinheira da prisão, que se mostrou penalizada com a situação de abandono vivenciada por Olympe; Justine, sua fiel camareira; Rosalie, sua companheira de cela, leitora de suas obras, dentre elas “A Escravidão dos Negros”; Thérèse, a menina trancafiada com sua mãe; Cécile, a encarregada de espionar os prisioneiros, que pensava que com seus relatórios poderia fazer ascender a carreira do filho; Sophie, a pintora autodidata, que a retratou em seus últimos momentos e via diante de si não uma acusada, mas a forma ideal da razão apaixonada.

Em suas obras é comum que Olympe de Gouges pergunte o que as mulheres ganharam com a revolução. Seus questionamentos se dirigem àqueles que pretendiam mudanças instaurando a República, mas cujo estabelecimento não trouxe, segundo o seu entendimento, alterações no modo de vida de pelo menos metade da sociedade, ou seja, as mulheres. Um dos artigos mais conhecidos de sua “Declaração” é aquele que reivindica um maior espaço político às mulheres, ao dizer: “Art. X: Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio; a mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que as suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei”.

De Gouges envolveu-se desde o início da Revolução, participando de clubes femininos e escrevendo sobre temas pelos quais lutava como: direitos humanos, igualdade entre os sexos e o fim da pena de morte.

Segundo Cutrufelli sua situação se complicou após a execução do rei Luís XVI, em 21 de janeiro de 1793, uma vez que se havia mani-

festado publicamente contrária à medida e também depois da ascensão dos jacobinos, já que Olympe era declaradamente girondina. O motivo, no entanto, alegado para a prisão, teria sido a escrita de um livro. “Marie Olympe de Gouges, viúva Aubry, mulher de letras, é formalmente acusada de ter redigido uma obra, intitulada ‘As Três Urnas’, contrária ao desejo manifestado pelos franceses de ter um governo republicano” (2009, p. 262).

O discurso de De Gouges era o de que:

Em nome da pátria em perigo [...] proponho que em cada departamento da França sejam postas, sobre a mesa do Presidente da Assembléia, três urnas. Na primeira estará escrito “Governo republicano”, na segunda “Governo federal”, na terceira, “Governo monárquico”. Sempre em nome da pátria em perigo, o Presidente proclamará a escolha livre e individual de um desses três sistemas. Caberá aos franceses, senhores de suas próprias escolhas, pronunciar-se em escrutínio secreto sobre o tipo de governo que parecerá melhor a cada um e mais adequado aos costumes locais. A maioria vencerá. [...] Digo que escolher a forma de governo por meio das urnas é melhor do que escolhê-la pelas armas (2009, p. 54).

Com a subida dos jacobinos ao poder, muitos girondinos foram presos, sendo processados por razões as mais diversas. Olympe viveu seu ato final em novembro de 1793, momento em que se defendeu, sendo julgada por doze homens e condenada à pena de morte. Cutrufelli (2009, p. 265) afirma que De Gouges não teve receio de se manifestar, mas que tinha uma indagação: “Onde encontrarei forças para enfrentar, sem advogado e apenas com testemunhas de acusação, um processo que não prevê recurso nem anulação?” Embora soubesse de antemão o resultado do julgamento lutou pela vida e pela possibilidade de continuar se manifestando, pois imaginava que a liberdade de expressão deveria ser um dos resultados da Revolução pela qual havia lutado.

O tema da imaginação será recorrente na obra de Olympe. Pautada por ensinamentos de Rousseau, por quem nutria imensa admiração, dizia que, conforme Cutrufelli (2009, p. 223), “a imaginação nos torna humanas. E, tornando-nos humanas, presenteia-nos o desejo. Que é inimigo da razão. Que põe em desordem o mundo e o espírito. Mas bendita seja a desordem, se a razão não nos traz justiça”.

Antes da morte, acontecida aos 45 anos de idade, viveu momentos de amor com Claude, um atendente de uma casa de tratamento pela qual passou para se livrar momentaneamente da prisão. O interessante é que Claude realizava sessões de magnetização a partir do método do médico austríaco, Mesmer, prometendo a cura para diversas doenças.

Olympe foi guilhotinada no dia 3 de novembro de 1793, sendo precedida por Maria Antonieta, no dia 16 de outubro. Eram tempos de exceção, no dizer de Hobsbawm, em seu livro “A Era das Revoluções” (1988, p. 85). Dessa maneira se pode tentar compreender tamanha limitação de direitos com a instituição do Terror no dia 30 de agosto; a votação da “Lei dos Suspeitos” em 17 de setembro; a proibição de associações políticas femininas, a partir de 30 de outubro. “*Somente hoje em dia podemos ver quanto do que se passou na República Jacobina e no ‘Terror’ de 1793-4 faz sentido apenas nos termos de um moderno esforço de guerra total*”.

Olympe morreu assim como outros girondinos. Em um informe sobre a sua morte, consta que “Olympe de Gouges, nascida com uma imaginação exaltada, tomou o seu delírio por uma inspiração da natureza: quis ser Homem de Estado. Ontem a lei puniu esta conspiradora por ter esquecido as virtudes que convêm ao seu sexo” (CUTRUFELLI, 2009, p. 303).

Robespierre, líder dos jacobinos, também foi guilhotinado, após a queda de sua ideia de República. Ficaram, no entanto, alguns sonhos projetados naqueles dez anos (1789-1799) que se expressam no lema da igualdade, liberdade e fraternidade.

De Gouges, por sua vez, foi além e em seus escritos buscou revelar a contradição que havia em palavras tão abstratas que pretendiam se consolidar em um universo no qual nem todos podiam se sentir cidadãos e cidadãs.

Embora não seja alguém presente em manuais de História Geral, sua história pode contribuir para pensar novas possibilidades no estudo sobre gênero, até porque foi dela a primeira manifestação feminista, sendo emblemática a forma como articula o início de sua “Declaração”: “Homem, sabes ser justo? É uma mulher que te pergunta: não quererás tolher-lhe o direito. Dize-me, quem te deu o soberano poder de oprimir o meu sexo?”.

O romance histórico de Maria Rosa Cutrufelli, publicado em 2004 na Itália com o título “La Donna che visse per un sogno” e re-

centemente lançado no Brasil, têm muitos méritos. Além de ser extremamente bem escrito, fazendo com que o leitor percorra suas páginas vorazmente, permite que conheçamos mais sobre a vida de uma mulher excepcional, ao mesmo tempo em que faz vislumbrar possibilidades interessantes no campo da Literatura e da História.

Lorena Almeida Gill
E-mail: lgill@terra.com.br

Resenha recebida em junho/2009.
Aprovada em junho/2009.